

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.155 - AM (2019/0355346-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**RECORRENTE** : INALDO SIMAS DE SOUZA (PRESO)  
**ADVOGADO** : FRANROBSON RODRIGUES RIBEIRO - AM005441  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por INALDO SIMAS DE SOUZA contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no julgamento do HC n. 101399-71.2019.4.01.0000.

Noticiam os autos que o recorrente encontra-se preso preventivamente acusado "*por suposta infração aos artigos 45, 50-A, 60, 66, 67, 69-A da Lei 9.605/98; 1º da Lei 9.613/98; e 2º da Lei 12.850/13*" (e-STJ fl. 677).

Nesta via, o recorrente alega a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do CPP.

Aduz que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Realça as condições pessoais favoráveis do réu, que seria primário, de bons antecedentes, com ocupação lícita e residência fixa, predcados que lhe garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade.

Afirma que "*não há nos autos tipo penal para caracterização de organização criminosa ou associação criminosa*"

Argumenta a excepcionalidade da medida extrema, enfatizando que faria jus a substituição da preventiva por medidas cautelares descritas no art. 319 do CPP.

Aponta a existência de ilegalidade decorrente de excesso de prazo na medida constritiva, ressaltando, ainda, a incompetência da justiça federal na espécie, uma vez que "*com o advento da lei nº 9.605/98, pacificou-se o entendimento de que a competência para o julgamento de processamento e julgamentos de processos relativos a crimes ambientais em geral, será da Justiça Estadual, em face a natureza de delito comum*" (e-STJ fl. 760).

Postula, liminarmente e no mérito, pelo provimento do recurso para que seja revogada a prisão preventiva do recorrente, mediante a incidência de medidas cautelares menos gravosas (art. 319 do CPP), expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

Requer, ainda, "*a declaração de incompetência em razão da matéria com declinação de competência e a remessa dos autos para ser processado e julgado perante a justiça comum estadual*" ou, "*a aplicação de extensão de benefício, no tocante ao Proc. nº 1020336-76.2019.4.01.0000/AM - que tramita na TERCEIRA TURMA, sendo paciente Sr. Reynaldo Miranda de Castro, donde o parecer do MPF apresentado requerendo o entendimento daquela r. Turma; ser cabível que a prisão preventiva do paciente possa ser substituída por medidas cautelares menos gravosas*" ou, "*a aplicação de extensão de benefício, no tocante ao Proc. nº*

0018467-35.2018.4.01.3200/AM - que tramita na 7ª VARA FEDERAL - MANAUS, sendo Sr. Antenor Guilherme de Melo Neto, vez que, o mesmo encontra-se solto, donde foi cabível que a prisão preventiva do mesmo fora substituída por medidas cautelares menos gravosas" (e-STJ fl. 766).

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

*In casu*, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, ao menos nessa etapa, verifica-se a presença de fundamentos concretos para a denegação da ordem e manutenção da prisão cautelar, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ, fls. 692-695):

*Da decisão denegatória de liberdade provisória, acima transcrita, cuja consentânea fundamentação de se amolda ao art. 93, inc. IX, da CF/88, depreende-se que a custódia cautelar do paciente se faz necessária à garantia da ordem pública e da instrução penal, tendo em vista sua contumácia delitiva, demonstrada pelo seu envolvimento em inúmeros ilícitos ambientais, na condição de engenheiro florestal, cujos conhecimentos técnicos eram utilizados nos delitos de forma habitual e sistemática, para manipular a burocracia estatal, expedindo-se múltiplos documentos de âmbito florestal, com o intuito de fraudar planos de manejos florestais, conferindo lhes aparência de legalidade junto ao IPAAM, mediante o recebimento de propinas, para legitimar e acelerar os procedimentos relacionados à extração ilegal de madeiras, com graves danos ao meio ambiente, além de lavagem de capitais.*

*Nessa sentido, consta das informações prestadas pela autoridade impetrada, trata-se o paciente de "engenheiro florestal, responsável técnico por planos de manejo, com atuação marcante junto ao IPAAM, sempre mediante o aparente pagamento de propinas, utilizando-se da ampla rede de contatos e facilidades, de modo que sua liberdade – ainda que sob o regime de prisão domiciliar – apresenta alto risco de perpetuação das mesmas práticas delituosas ora sob análise. Trata-se, enfim, de pessoas que formam os elos essenciais aos esquemas investigados, razão que justifica a manutenção de suas prisões preventivas, com base nas mesmas razões em que deferidas" (fl. 157).*

*Tais elementos, decerto, deixam entrever uma tendência de o paciente, uma vez solto, voltar a praticar outros delitos, bem como comprometer o êxito da instrução*

*criminal e ameaçar a ordem pública, expressa, no caso, na preservação do meio ambiente.*

*Nesse sentido, destaco as pertinentes considerações feitas pelo órgão ministerial, que incorporo às razões de decidir:*

*"Desse modo, verifica-se que a decisão proferida pelo Juízo impetrado explicita exaustivamente a presença dos pressupostos e fundamentos exigidos para a decretação da prisão preventiva do ora paciente, nos termos dos arts. 312 e 313 do CPP.*

*Está claramente patenteada a contínua e decisiva atuação do Paciente nas atividades da organização criminosa e justificada, de maneira concreta, a necessidade de imposição da medida acautelatória extrema em seu desfavor.*

*No caso em tela, como observado na decisão do Juízo a quo, foi apurada a existência de organização criminosa voltada à prática de crimes ambientais e contra a administração pública, que contava com extensa rede de servidores públicos, responsáveis técnicos, madeireiros e detentores de planos de manejo florestal, com a execução dos delitos de forma profissional e habitual, contando com a cooptação de agentes públicos para expedição de documentos de origem florestal e utilização de planos de manejo, dentre outros expedientes escusos, para conferir aparência de legalidade aos ilícitos, que possuem gravidade acentuada diante de sua prática reiterada em região marcada pela elevada incidência de desmatamentos ilegais, no denominado 'Arco do Desmatamento', no sul do Estado do Amazonas.*

*De outro lado, cumpre considerar a proeminente atuação do ora paciente na organização criminosa, atuando de forma destacada na atividade ilícita no núcleo dos responsáveis técnicos, em constante interlocução com particulares e agentes públicos essencial à consecução dos graves ilícitos. Assim, como bem salientado na decisão recorrida, 'impõe-se a manutenção das prisões preventivas de Juliana Barbosa Brandão e Inaldo Simas de Souza, todos engenheiros com atuação marcante junto ao IPAAM, sempre mediante o aparente pagamento de propinas, utilizando-se de ampla rede de contatos e facilidades, de modo que sua liberdade – ainda que*

*sob o regime de prisão domiciliar – apresenta alto risco de perpetuação das mesmas práticas delituosas ora sob análise. Trata-se, enfim, de pessoas que formam os elos essenciais aos esquemas investigados, razão que justifica a manutenção de suas prisões preventivas, com base nas mesmas razões em que deferidas’ (fl.*

*485).*

*Desse modo, verifica-se que a prisão preventiva do ora paciente foi mantida justamente em razão de sua destacada atuação no âmbito da organização criminosa, a revelar a imprescindibilidade da medida para o objetivo de assegurar a cessação dos graves ilícitos praticados pelo grupo criminoso, estando, pois, em conformidade com posicionamento jurisprudencial que reconhece o cabimento da custódia cautelar em situações tais, diante da evidente insuficiência da utilização de medidas cautelares diversas da prisão para obstar o cometimento de novos ilícitos pela organização criminosa.*

*Nessa toada, saliente que as medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal não seriam eficazes para acautelar o meio social, diante do importante papel desempenhado na organização criminosa e fundado receio de reiteração delitiva.*

*[...]*

*Por tudo exposto, não há ilegalidade ou abuso de poder a dar supedâneo ao pleito. Não obstante seja uma regra a presunção de não culpabilidade, e a liberdade um direito e um princípio constitucional, ambos devem ser cotejados com o dever do Estado de fornecer segurança e o direito dos cidadãos de exercerem sua cidadania em um país seguro.*

*A propósito, é iterativa a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido da admissibilidade da custódia cautelar diante de fatos concretos que indicam fundado receio de reiteração criminosa. ‘A decretação da prisão preventiva baseada na garantia da ordem pública está devidamente fundamentada em fatos concretos a justificar a segregação cautelar, em especial diante da possibilidade de reiteração criminosa, a qual revela a necessidade da constrição.’ (STF, HC*

96977, Rel. Ministro Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, DJ de 09/06/2009).

*Desse modo, cumpre reconhecer a inexistência de constrangimento ilegal na decisão impugnada, devendo ser denegado o habeas corpus." (fls. 549/551).*

*Por fim, as condições subjetivas favoráveis do paciente (v.g., residência fixa) não impedem, per si, a segregação cautelar, uma vez presentes nos autos elementos concretos que recomendam sua manutenção (STF, HC 95704/SE, Rel. Min. Menezes Direito, 1ª Turma, DJ de 20/2/2009).*

*Assim, constatadas a necessidade e adequação da prisão preventiva na hipótese sob exame, afasta-se a possibilidade de sua revogação, bem como de decretação de outra medida cautelar, prevista no art. 319 do CPP.*

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima a parte recorrente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

*AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

*1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.*

*2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.*

*3. Agravo interno não conhecido.*

*(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)*

Diante do exposto, **indefere-se a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo

# *Superior Tribunal de Justiça*

singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

**MINISTRO JORGE MUSSI**  
**Relator**